

# Diário do Legislativo de 10/09/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS) e Arlen Santiago (PTB)

### 2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

### 3) LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

### 3) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Leonardo Moreira

### 4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

### 5) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### 6) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PP)

### 7) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

### 8) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Paulo PP Vice-Presidente  
Piau

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputado Jô Bloco  
Moraes PT/PCdoB

Deputado PMDB  
Leonardo Quintão

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP  
Coelho

Deputado Alencar da BPSB  
Silveira Jr.

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Roberto Bloco PT/PCdoB  
Carvalho

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Leonardo PL  
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputada Cecília Bloco  
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado João Bittar PL

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

Deputado Paulo Cesar PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado André Bloco PT/PCdoB  
Quintão

Deputado Leonardo PL  
Moreira

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputado Doutor Viana PFL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Bonifácio Mourão

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente  
Abramo

Deputado Ermano BPSP  
Batista

Deputado BPSP  
Leonídio Bouças

Deputado Durval Bloco  
Ângelo PT/PCdoB

Deputado PL  
Leonardo Moreira

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSP  
Martini

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco PT/PCdoB  
Prado

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

Deputado Doutor Viana PFL

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSP Presidente  
Pacífico

Deputada BPSP Vice-Presidente  
Vanessa Lucas

Deputada Maria Bloco  
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar BPSP

Deputado Miguel BPSP  
Martini

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputado Jayro Lessa PL

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco Presidente  
Ângelo PT/PCdoB

Deputado Roberto PL Vice-Presidente  
Ramos

Deputado Mauro BPSP  
Lobo

Deputado Biel Bloco  
Rocha PT/PCdoB

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ricardo Bloco PT/PCdoB  
Duarte

Deputado Sidinho do PL  
Ferrotaco

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado Roberto Bloco PT/PCdoB  
Carvalho

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputado Weliton Bloco  
Prado PT/PCdo  
B

Deputado Sidinho PL  
do Ferrotaco

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PCdoB  
Lara

Deputado Alberto PL  
Bejani

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano BPSP Presidente  
Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Mauro BPSP  
Lobo

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Chico Bloco  
Simões PT/PCdoB

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Doutor PFL  
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPS

Deputado José Milton PL

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Arlen BPS  
Santiago

Deputado Rogério Bloco PT/PCdB  
Correia

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor BPS  
Ronaldo

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Maria José Bloco  
Haueisen PT/PCdB

Deputado José Milton PL

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos BPS  
Pimenta

Deputada Olinto BPS  
Godinho

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdB  
Augusto

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Bloco Presidente  
Quintão PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Mauro BPSP  
Lobo

Deputado João PL  
Bittar

Deputado PMDB  
Leonardo Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputada Lúcia BPSP  
Pacífico

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente  
Pereira

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente  
João PT/PCdoB

Deputado Luiz BPSP  
Humberto  
Carneiro

Deputado PL  
Leonardo Moreira

Deputado Doutor PFL  
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB  
Hauelsen

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado João Bittar PL

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

COMISSÃO DE REDAÇÃO



Deputado Arlen BPSB  
Santiago

Deputado Roberto PL  
Ramos

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Sargento  
Rodrigues

Deputado Alberto PL Vice-Presidente  
Bejani

Deputado Antônio BPSB  
Carlos Andrada

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado Rogério Bloco  
Correia PT/PCdoB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSB  
Santiago

Deputado Leonardo PL  
Moreira

Deputado Mauro Lobo BPSB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PCdoB

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto PL Presidente  
Bejani

Deputada Marília Bloco Vice-Presidente  
Campos PT/PCdo  
B

Deputado Alencar BPSB  
da Silveira Jr.

Deputado André Bloco  
Quintão PT/PCdo  
B

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB  
Haueisen

Deputada Ana Maria BPSB  
Resende

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira PL

Deputado Djalma Diniz BPSB

Deputado Augusto Laudelino Bloco  
PT/PCdoB

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Gil Pereira PP

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sidinho do PL  
Ferrotaco

Deputado Antônio BPSB  
Carlos Andrada

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB  
Ferramenta

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Cesar PFL

Deputada Maria Olívia BPSB

Deputado Biel Rocha Bloco  
PT/PCdoB

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Chico Rafael PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

Deputado Alencar da BPSB  
Silveira Jr.

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Antônio PL  
Genaro

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 8/9/2003

Presidência da Deputada Ana Maria Resende

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ana Maria Resende - Antônio Júlio - Djalma Diniz - Laudelino Augusto - Lúcia Pacífico - Sebastião Helvécio.

Falta de Quórum

A Sra. Presidente (Deputada Ana Maria Resende) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação Social, em 2/9/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Ana Maria, André Quintão e Marília Campos, membros da

supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Silas Brasileiro, Deputado Federal publicado no "Diário do Legislativo" de 28/8/2003, e de exemplares da "Revista de Informação Legislativa", enviados pelo Sr. Evando Coelho. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 321/2003 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Marília Campos); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 574/2003 (relatora: Deputada Ana Maria, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 525/2003 é convertido em diligência à Fundação João Pinheiro e à Secretaria do Desenvolvimento Social, atendendo-se a requerimento do Deputado Célio Moreira, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.205, 1.211 e 1.226/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento das Deputadas Marília Campos e Jô Moraes, em que solicitam a realização de audiência pública para discutir, com entidades da sociedade civil, autoridades estaduais e nacionais e cidadãos, a reforma trabalhista e sindical. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003.

Alberto Bejani, Presidente - Alencar da Silveira Jr. - Jô Moraes.

#### ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, em 3/9/2003

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Ana Maria Resende, Dalmo Ribeiro Silva e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Deputada Ana Maria Resende lê a seguinte correspondência: ofícios do Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto encaminhando cópia de moção de repúdio pela recondução do Sr. Benedito Tadeu de Oliveira ao cargo de Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Subsecretária de Desenvolvimento da Educação informando que o processo referente à autorização de funcionamento da APAE de Caratinga foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação; e carta dos professores estaduais do Município de Bom Despacho manifestando-se contrários à Resolução nº 428/2003. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.217 e 1.220/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja apresentada moção de aplauso à Reitora da UFMG pela extensão de cursos em Montes Claros e voto de congratulações ao Instituto São Rafael pelo transcurso do 77º aniversário de sua fundação; dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja realizada reunião no Município de Itutinga, para conhecer os programas educacionais desenvolvidos pela comunidade; Leonídio Bouças, solicitando informações da Secretária de Educação sobre o remanejamento do Município de Centralina da área de abrangência da 40ª SRE-Uberlândia para a 16ª SRE-Ituiutaba; Paulo Piau, solicitando seja realizada reunião para debater questões relativas à informática e à tecnologia de informação em Minas Gerais. O Presidente informa que, a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitou audiência no Ministério da Educação, para colher informações sobre o FIES e sobre o ensino superior em Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003.

Ana Maria Resende, Presidente - Adalclever Lopes - Dalmo Ribeiro Silva.

#### ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, em 3/9/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Biel Rocha e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, em que dá conhecimento de pleitos de interesse dos industriais de Minas Gerais que foram encaminhados ao Ministro da Ciência e Tecnologia e ao Presidente do Banco Central. A seguir, acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 221/2003, no 1º turno (Deputado Leonídio Bouças). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Paulo Cesar - Biel Rocha.

#### ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, em 4/9/2003

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Mauro Lobo, Roberto Ramos e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Biel Rocha. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dá por aprovada a ata da reunião anterior. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam ouvidas nesta reunião as testemunhas sobre a morte do Sr. Anderson Rodrigues Teixeira, ocorrida em 26/8/2003. A Presidência registra a presença das testemunhas S.B.F e S.D.C.J., as quais são convidadas a tomar assento à mesa. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir as testemunhas, que prestarão esclarecimentos sobre o assunto, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2003.

Mauro Lobo, Presidente - Durval Ângelo - Biel Rocha - Roberto Ramos.

#### ATA DA 17ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, em 4/9/2003

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Sargento Rodrigues e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.240/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Rogério Correia, em que solicita sejam ouvidos nesta reunião o Sr. Ronilson Alves do Santos e sua esposa. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir depoimentos. Registra-se a presença do Sr. Ronilson Alves do Santos e de sua esposa, os quais são convidados a tomar assento no Plenarinho III. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003.

Alberto Bejani, Presidente - Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Andrada - Rogério Correia - Mauro Lobo.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Especial da Comissão de Segurança Pública, em 9/9/2003

Às 9h50min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Antônio Carlos Andrada, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Mauro Lobo (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e programar os trabalhos da Comissão, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Sargento Rodrigues para atuar como scrutador. Apurados os votos, são eleitos, por unanimidade, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Sargento Rodrigues e Alberto Bejani, que são declarados eleitos e empossados. O Presidente eleito agradece a confiança nele depositada e informa que ficou acordado que as reuniões ordinárias da Comissão acontecerão às terças-feiras, às 10 horas, no Plenarinho III. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Alberto Bejani - Rogério Correia - Mauro Lobo.

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 72ª reunião ordinária, EM 10/9/2003

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 905/2003, da Comissão do Trabalho, solicitando ao Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG - o envio a essa Comissão do balanço da referida Fundação referente ao ano de 2002. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577, que veda a inscrição de nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.579, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2004 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto incidente sobre a alínea "c" do inciso XII do art. 9º, o parágrafo único do art. 12, o inciso I e o § 3º do art. 23 e o art. 47.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.580, que autoriza o Poder Executivo a renegociar o pagamento de despesa empenhada e reconhecida pelo Tesouro, relativa aos exercícios de 2002 e anteriores, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao § 4º do art. 2º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.582, que dispõe sobre as despesas do IPSEMG com prestadores de serviços de assistência à saúde e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto incidente sobre o parágrafo único do art. 3º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.585, que revoga o art. 22 da Lei nº 5.945, de 11/7/72; o art. 10 da Lei nº 6.565, de 17/4/75; o art. 12 da Lei nº 8.019, de 23/7/81; a Lei Delegada nº 35, de 28/8/85; a Lei nº 9.532, de 30/12/87; o art. 5º da Lei nº 10.945, de 27/11/92; a Lei nº 13.434, de 30/12/99; e a Lei nº 13.533, de 11/5/2000, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 6º e 8º do art. 1º e aos arts. 3º e 4º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.592, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário, altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75; 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos I a III e aos §§ 1º e 2º do art. 218 da Lei nº 6.763, de 1975, com a redação dada pelo art. 29 da proposição, e pela rejeição do veto ao § 4º do art. 12.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e idade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 10/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão Especial da Expansão do Metrô, a realizar-se às 14h30min do dia 10/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 10/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 10/9/2003, destinadas à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.577, que veda a inscrição de nome de consumidor de serviço público em

cadastro de restrição ao crédito; 15.579, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2004 e dá outras providências; 15.580, que autoriza o Poder Executivo a renegociar o pagamento de despesa empenhada e reconhecida pelo Tesouro, relativa aos exercícios de 2002 e anteriores, e dá outras providências; 15.582, que dispõe sobre as despesas do IPSEMG com prestadores de serviços de assistência à saúde e dá outras providências; 15.585, que revoga o art. 22 da Lei nº 5.945, de 11/7/72; o art. 10 da Lei nº 6.565, de 17/4/75; o art. 12 da Lei nº 8.019, de 23/7/81; a Lei Delegada nº 35, de 28/8/85; a Lei nº 9.532, de 30/12/87; o art. 5º da Lei nº 10.945, de 27/11/92; a Lei nº 13.434, de 30/12/99; e a Lei nº 13.533, de 11/5/2000, e dá outras providências; e 15.592, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário, altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75; 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente; 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e idade; e 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que menciona; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de setembro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dimas Fabiano, Djalma Diniz, Laudelino Augusto e Maria Olívia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2003, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se determinarem dia e horário das reuniões ordinárias.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003.

Antônio Genaro, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Biel Rocha, Mauro Lobo e Gilberto Abramo, membros da Comissão de Direitos Humanos; Sargento Rodrigues, Alberto Bejani, Zé Maia, Antônio Carlos Andrada e Rogério Correia, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 10/9/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir, com convidados, a ouvidoria do sistema penitenciário do Estado.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial da Santa Casa de Belo Horizonte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Neider Moreira, Roberto Carvalho e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2003, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003.

Jô Moraes, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o Requerimento Nº 905/2003

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, por intermédio da proposição em exame, requer à Presidência da Assembléia Legislativa seja encaminhado ofício ao Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG - solicitando o envio a esta Casa do balanço da entidade referente ao exercício de 2002.

Após a sua publicação, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata a proposição em comento de pedir ao Presidente da UTRAMIG que envie a esta Casa o balanço do exercício de 2002, tendo em vista averiguar se os recursos recebidos do Fundo da Infância e da Adolescência foram aplicados no desenvolvimento de políticas públicas que promovam os direitos desses segmentos.

A lei que instituiu o Fundo da Infância e da Adolescência - FIA -, Lei nº 11.397, de 6/1/94, regula a utilização dos seus recursos de modo a garantir a sua aplicação exclusivamente no financiamento de projetos e programas de promoção de crianças e jovens, dispondo também sobre os procedimentos de repasse dos recursos e sobre o seu acompanhamento e controle.

Saliente-se que a Lei Complementar nº 27, de 18/1/93, ao dispor sobre a instituição, a gestão e a extinção de fundo no âmbito do Estado, prevê que a lei que o criar poderá instituir normas específicas para sua fiscalização, sem prejuízo do controle interno exercido pela Secretaria de Estado da Fazenda nem do externo, a cargo da Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas.

Nota-se, tanto na legislação que rege a criação dos fundos em geral quanto na lei que criou o FIA, a presença de dispositivos que prevêm o controle e a fiscalização dos recursos dos fundos, principalmente aqueles que privilegiam os controles externo e interno, seguindo a lógica fiscalizatória traçada pela Constituição Federal.

Em vista disso, dizemos que o controle político exercido por esta Casa Legislativa não apenas é possível, mas também desejável, zelando por que a administração dos bens do Estado esteja voltada para a promoção do bem comum.

A avaliação relativa à aplicação de recursos do FIA em projetos e programas destinados à infância e à adolescência desenvolvidos pela UTRAMIG parece demandar acréscimo de outro item à solicitação, especificamente voltado para a consecução de políticas públicas na área, razão pela qual apresentamos substitutivo ao final deste parecer.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 905/2003 na forma do seguinte Substitutivo nº 1.

#### Substitutivo nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício ao Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG - solicitando enviar a esta Casa cópia dos demonstrativos financeiros da entidade relativos à aplicação dos recursos oriundos do Fundo da Infância e da Adolescência - FIA - no exercício de 2002, além de informar nominalmente os programas desenvolvidos com tais recursos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 21 de agosto de 2003.

Mauri Torres, Presidente - Dilzon Melo, relator - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/9/2003

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, membros da Mesa, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembléia e público presente, serei breve. Quanto ao assunto que trago é necessário ação. Parabenizo o PROCON-BH, o Ministério Público e a Secretaria da Fazenda pela investigação, que já apresenta resultados, sobre a gasolina adulterada no Estado. Em apenas alguns dias, mais de 300 mil litros de gasolina foram apreendidos, porque estavam adulterados. Isso é o começo, pois muitos postos de gasolina em Minas Gerais estão envolvidos. Em Juiz de Fora, anteontem, oito postos de gasolina tiveram suas bombas lacradas. Isso aconteceu porque havia produto solvente, retirado da aguarrás, altamente corrosivo, misturado na gasolina para enganar a população de Minas Gerais.

Lamento que a lei não seja cumprida. Como um posto de gasolina possui bomba mostrando que a gasolina está adulterada? Esse posto deveria ser fechado imediatamente pelo prazo, no mínimo, de 15 dias. Se for reincidente, deve ter o alvará cassado e suas portas fechadas. Não adianta apenas lacrar uma bomba e deixar as demais funcionando, dizendo que estão normais.

Quem compra gasolina de uma empresa chamada Montes Claros sabe o que está fazendo. A distribuidora dessa empresa, que funcionava em Minas Gerais, teve o seu alvará cassado pela Secretaria da Fazenda. Essa empresa instalou-se em São Paulo. O proprietário do posto de gasolina de Minas Gerais que manda buscar gasolina nessa empresa sabe perfeitamente que está comprando produto adulterado e pagando menos. Por quê? Porque a conhece bem, e o custo do solvente é oito vezes menor que o da gasolina. Isso quer dizer que a gasolina pura - atualmente há 30% de álcool -, depois de misturada faz com que um caminhão de gasolina vire três. Despejam esse "petróleo" nos postos, enganando-nos. Por isso, há momentos em que o carro faz mais quilometragem com o litro de gasolina e outros em que faz menos. O solvente misturado na gasolina faz o carro consumir mais, pois não é o produto ideal para o veículo.

Apresento requerimento solicitando a esta Casa a abertura de Comissão Especial para podermos acompanhar essa investigação de perto e exigir que a lei seja cumprida.

Geralmente, a bomba com a gasolina adulterada é posta à venda a prazo. O posto concede 30, 60, 90 e, às vezes, até 120 dias no cheque. Na bomba em que se abastece a crédito, com prazo, está o produto adulterado. Em Juiz de Fora, nos oito postos apreendidos, as oito bombas lacradas realizavam esse tipo de serviço, ou seja, prazo de 120 dias no cheque. O motorista abastecia o seu carro com produto totalmente adulterado.

Portanto, registro o requerimento que encaminho à Presidência, para que nos autorize a abrir imediatamente a Comissão Especial. Engana-se quem acredita que CPI e Comissão Especial não resolvem nada. Resolvem sim.

Em 1999, houve a CPI do DETRAN, da Carteira de Habilitação, na qual o Presidente era o atual Secretário João Leite e eu, o Vice-Presidente. Hoje, há 42 autoridades processadas criminalmente por formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, e falsidade ideológica. Entre essas autoridades, estão delegados, examinadores e detetives, que já deveriam estar fora da polícia e estão sendo processados por venderem carteiras de habilitação. Em apenas um ano colocaram no bolso, dando prejuízo para o Estado, mais de R\$400.000.000,00 com venda de carteira de habilitação. Mais de 10 mil carteiras foram apreendidas por essa CPI. As CPIs e as Comissões Especiais funcionam, desde que sejam

levadas a sério. Fizemos o mesmo com os radares das estradas. Abrimos uma comissão e retiramos todos os radares das estradas federais. Essa comissão que propomos também funcionará. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, prezado companheiro de partido, Deputado Dalmo Ribeiro, Srs. Deputados, todos que nos assistem pela TV Assembléia, inicialmente queremos fazer algumas considerações oportunas. Há poucos dias, ouvíamos os Deputados Toninho Andrada e Arlen Santiago fazerem referências à história de trabalho do Presidente da COPASA à frente da FUNASA. Lembra que, quando Prefeito de Divinópolis, tive oportunidade de assinar alguns convênios com o então Presidente da FUNASA, Sr. Mauro Ricardo Machado Costa. Naquela ocasião, viamos na pessoa do Sr. Ricardo um executivo perspicaz e atento aos interesses de Minas. Embora distante regionalmente das nossas cidades, procurava conhecê-las, porque foram inúmeros os convênios assinados. Divinópolis pôde receber, na ocasião, por ação do Deputado Aécio Neves, então Presidente da Câmara, recursos provenientes de algumas emendas ao orçamento que possibilitaram a construção de várias redes de esgoto, até mesmo de uma estação de tratamento de esgoto na região do Buritis, um povoado do nosso município, e na localidade de Ermida. Naquele momento, ainda não me sentia muito em condições de avaliar o Presidente da COPASA Mauro Ricardo, porque não havia tido a oportunidade de trabalhar nas questões de interesse do povo mineiro de uma forma mais direta com ele, embora já o tivesse encontrado algumas vezes. Ontem, para minha alegria, Sr. Presidente, levei ao conhecimento do Presidente da COPASA algumas preocupações e reivindicações. Entre elas, posso citar a necessidade de um planejamento, uma parceria e um esforço maior do Governo do Estado e do Município de Divinópolis, porque temos a COPASA nos atendendo com o serviço de água, mas a fonte de todo esse serviço, que são os rios Itapeverica e Pará, está morrendo por causa de uma poluição séria. Faz-se necessário um planejamento para salvar esses rios e garantir uma condição digna de vida para quem depende deles. Esse é também um gesto de respeito à natureza. Para minha alegria, encontramos no Sr. Mauro Ricardo uma enorme disposição para tratar dessas questões ambientais, buscar um esforço conjugado, estabelecer parcerias para que questões como essas sejam resolvidas. Na oportunidade, levei também ao Sr. Mauro Ricardo a questão de uma cidade menor, mas uma cidade que é referência das centenas de outras que a COPASA atende com o serviço de água. Refiro-me a Estrela do Indaiá.

O Sr. Ênio, Prefeito de Estrela do Indaiá, talvez por ser médico, homem que conhece bem a situação da saúde do povo daquela cidade, que vem administrando com competência, já por dois mandatos, disse que a COPASA atendia o município com água e a Prefeitura já havia construído praticamente toda a rede de esgoto.

Na verdade, se fosse olhar apenas pelo aspecto político, o Sr. Ênio poderia cruzar os braços e dizer que a sua população estava servida de água e que o esgoto encontrava-se praticamente construído. Transferi-lo para a COPASA poderia trazer desgaste político. No entanto, o Sr. Ênio pensou de uma maneira madura, séria, preocupando-se com o meio ambiente e com a saúde do povo de Estrela do Indaiá. Ele foi à COPASA e disse que era hora de a empresa também assumir a rede de esgoto para fazer todo o tratamento, de imediato, e atender também a uma parte da população da periferia.

A minha alegria é que não escutei muita conversa. Verifiquei atitudes objetivas. O Sr. Mauro Ricardo imediatamente acionou o Diretor, Sr. Cássio, da área que atende Estrela do Indaiá, e determinou que os projetos fossem elaborados. Em que pese ser uma cidade pequena em que a relação custo-benefício, em princípio, não se mostra favorável ou animadora, a consciência de que há uma razão social e ambiental em jogo, por si só, já era motivo suficiente para o Presidente da COPASA determinar que essa questão fosse resolvida. Ou seja, não se pode administrar uma empresa, do alcance da COPASA, ignorando-se os aspectos sociais e ambientais.

Da mesma maneira, apresentei proposta semelhante para rediscutir a questão do contrato de concessão de serviço de água no Município de Santo Antônio do Monte, mas com a COPASA assumindo obras de tratamento de esgoto e de infra-estrutura naquele município. Ele prontamente manifestou a disposição de atender ao nosso pleito.

Faço esse relato porque estamos vivendo momentos na Casa - e com justa razão - em que alguns colegas têm mencionado que em determinadas áreas há uma certa letargia para se atender às demandas da população que são encaminhadas pelos Deputados. Não podemos aceitar isso. É preciso que, ao ocorrer tal situação, seja realmente denunciada. Vários Deputados também alegaram que é mais fácil ter uma audiência com o Governador do que com determinados Secretários ou até mesmo com funcionários de segundo ou terceiro escalão.

Por questão de justiça, quis trazer uma demonstração de que é possível que uma autoridade, o Sr. Mauro Ricardo, uma referência na área técnica, um funcionário com mais de 20 anos de carreira exemplar a serviço do País, seja também um homem habilidoso politicamente e atencioso com as questões que a Casa encaminha. Acredito que assim vamos contribuir para que o Governo encontre o caminho certo para promover o desenvolvimento de Minas Gerais e estabelecer um novo tempo, como pretende o Governador Aécio Neves. Deve-se denunciar algum descaso, mas devem-se também enaltecer as situações meritórias que, sem dúvida, existem em todas as áreas do Governo.

Sr. Presidente, vou fazer uma consideração sobre a reforma tributária, que vai repercutir na vida de todo o povo brasileiro. Destacamos o papel do Governador Aécio Neves, que tem estado atento aos problemas de Minas e tem a clareza de que o nosso Estado é parte fundamental do Brasil. Minas tem uma responsabilidade com o País. Foi pela liderança do Governador Aécio Neves que algumas questões já foram resolvidas, ou melhor, avançou-se, como, por exemplo, na questão da CIDE, que, desde o primeiro momento, S. Exa. deixou claro ser uma questão inegociável. O Governo Federal haveria de distribuir a CIDE para que os Estados e os municípios também dela pudessem se beneficiar, para que seus resultados chegassem à população.

Ao mesmo tempo em que o Governador Aécio foi elemento de referência nacional para sensibilizar o Governo, com tristeza constatamos que o Governo Federal, que diz apresentar propostas democráticas e ser do povo, age como verdadeiro rolo compressor e toma atitude, no meu entendimento, agressiva aos Prefeitos deste País. Quando os Prefeitos se organizaram para ir a Brasília levar suas reivindicações, esse Governo agilizou tudo e, de forma atabalhoada, votou às pressas a reforma tributária, que não foi completamente discutida e apresenta indicativos de que haverá aumento de impostos, o que sacrificará ainda mais o povo brasileiro e, principalmente, será injusto para com os municípios, pois não distribuirá os recursos da CPMF, concentrando mais renda nas mãos do Governo Federal. Não poderia deixar, portanto, de repudiar essa atitude autoritária do Governo Federal.

O Deputado Zé Maia (em aparte) - Faço aparte para cumprimentar V. Exa. por sua atuação neste parlamento. Queria dizer, em referência à primeira parte do seu pronunciamento, que é fundamental que, a cada dia, os políticos se tornem mais técnicos e, ainda mais fundamental, que os técnicos tenham maior sensibilidade política, para que, por meio dessa conjugação, possamos atender melhor a nossa sociedade.

Em relação à reforma tributária, estou plenamente de acordo com V. Exa. e queria registrar que, com visão completamente correta, V. Exa. traz tema importante a este Plenário. Ontem, pudemos observar que o ensaio em Brasília muito se aproximou do período de repressão que vivemos neste País. O Governo, que nos pregou a liberdade e a democracia durante 20 anos, agiu ontem, por meio da máquina governamental que tanto combateu, utilizando-se de práticas absolutamente antidemocráticas e, como disse, muito próximas do regime militar.

O mais importante foi a atitude do Governador Aécio Neves, que, com a ajuda dos parlamentares de Minas Gerais, buscou recursos e a melhoria da distribuição dos recursos da União. Pasma-nos a falta de sensibilidade do relator da reforma tributária, que é mineiro, em relação ao nosso Estado, a atitude do Vice-Presidente da República, também mineiro, que se calou em momento importante, não defendendo os interesses de Minas Gerais e, mais ainda, o golpe que o Presidente da República, que teve enorme votação em Minas Gerais, tentou aplicar em nosso Estado. É importante fazer esse registro. Cumprimento V. Exa. pela firmeza e pela clareza, mas é importante que, neste momento, apresentemos para a sociedade mineira o que está ocorrendo: o golpe que o Presidente tentou aplicar em Minas, a inércia do Vice-Presidente e a traição do relator da reforma, que foi para o Congresso Nacional representar o nosso Estado. Parabéns pelo seu pronunciamento e pela sua

atuação neste parlamento.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado, nobre Deputado Zé Maia. Quero-lhe dizer que, como considero sempre brilhantes as suas intervenções, em outra oportunidade, dado o tempo exíguo que me resta, queria trazer minha contribuição ao PT e deixar claro que precisa de oposição séria, combativa e a favor da democracia neste País. Coloco-me nessa posição muito à vontade, por ter sido fundador desse partido. Por toda a vida, participei apenas de dois partidos: fui fundador do PT e do PSDB. Tenho minhas convicções, em que pese ao meu respeito pela Bancada do PT nesta Casa -, a bem do Brasil, o PT está precisando de oposição clara, para não se transformar em ditadura, como V. Exa. alerta. A ditadura daqueles que se acham donos da verdade, acima do bem e do mal, e que, depois, viram as costas aos seus compromissos e até mesmo à sua história. Conheça essa história, pois dela participei.

Sr. Presidente, conclamo o Governador Aécio Neves - sem sombra de dúvidas, uma das maiores lideranças do País. A reforma tributária não está concluída e ainda exigirá muito do Governador, mas esperamos que possa estar conosco em uma discussão mais profunda das questões da educação em Minas Gerais.

Estou extremamente preocupado, pois a Resolução nº 428, recentemente colocada em prática, contém distorções e situações das mais diversas. Não tenho dúvidas de que a Secretária e as Superintendentes de cada região estão buscando uma forma adequada de reorganizar o Estado, principalmente nessa área, em que havia várias situações absurdas, acumuladas ao longo do tempo, mas ressalto que precisamos ter a prudência de tratar a educação com um carinho especial.

Preocupa-nos a questão das Diretoras de Escola, por causa do veto que estamos analisando nesta Casa. Em que pese a qualquer solução dada a ele, é preciso valorizá-las em suas carreiras, pois executam uma tarefa árdua. Nesse sentido, uma parceria entre a Comissão de Educação, a de Administração Pública, o Plenário e os servidores talvez possa, sob a liderança do Governador, possibilitar uma educação melhor e mais justa, com uma maior tranquilidade para os profissionais da área.

Trazemos essa preocupação, com a convicção de que poderemos contribuir e, certamente, encontraremos no Governador Aécio Neves aquele parceiro sério, de visão parlamentarista, a favor do diálogo e do entendimento. Assim, poderemos compartilhar nossas sugestões e preocupações, para sermos, de fato, representantes da comunidade e responsáveis pela interlocução entre os servidores e os professores que nos procuram e a Secretária de Educação e o Governador.

Ainda hoje, estaremos trabalhando na Comissão que analisa o veto, matéria extremamente relevante que envolve a função pública, os Diretores, professores e funcionários públicos de modo geral e está relacionada com o apostilamento. Qualquer que seja o resultado dessa análise, com certeza, o assunto não se esgotará, porque há muito que fazer para que tenhamos um Estado mais justo e solidário e para que o servidor público possa ser motivado e respeitado no exercício de suas funções. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, inicialmente "pegarei um gancho" no pronunciamento do Deputado Domingos Sávio sobre a reforma tributária, no que se refere à concentração dos recursos na União.

Essa concentração teve seu auge no período militar, em que poucos mandavam e todos obedecíamos. Na era Fernando Henrique Cardoso, ela se acentuou e, agora, na era Lula, tudo indica, apesar de a reforma ainda não ter chegado ao final, que a União concentrará ainda mais os recursos.

Somos favoráveis ao princípio municipalista, pois a população está, realmente, nos municípios, onde os problemas são resolvidos em primeira instância. Por isso, quero solidarizar-me com os Prefeitos que estão fazendo esse movimento a fim de que os recursos sejam desconcentrados.

Concordo com V. Exa. quanto à liderança do Governador Aécio Neves, que não defende apenas os interesses de Minas Gerais, mas também os dos Estados e dos municípios brasileiros. Sua tarefa é muito importante. Ontem, já na madrugada, o Governo cedeu ainda alguma coisa, apesar de não ser o necessário, e tudo isso foi fruto desse trabalho incansável de nosso Governador.

Registro aqui nossa preocupação quanto à possibilidade do aumento da carga tributária para o setor produtivo.

O setor produtivo não está suportando os juros e tantos tributos e taxas. Evidentemente o relatório traz essa abertura para o aumento da carga tributária. Já se fala que poderá chegar a 40%. Atualmente se encontra próxima a 38%. Isso é um absurdo! O Brasil está parecendo um cachorro correndo atrás do próprio rabo, porque, tendo de aumentar os impostos, deixa de produzir. Estamos em um verdadeiro círculo vicioso. Temos de sair disso. Esta Casa pode ajudar o Estado a sair dessa situação. Temos falado muito sobre os problemas do funcionalismo público, dos crimes, dos direitos humanos e do meio ambiente, mas temos falado muito pouco sobre o setor produtivo. Se não produzirmos, não haverá geração de emprego, de riquezas e de tributos. Conclamo todos os Deputados para promover debates nesta Casa sobre questões da agricultura, da pecuária, do agronegócio, da mineração, do turismo, da indústria e de todo o setor produtivo, para tirarmos o Estado dessa situação: o crescimento econômico está abaixo do crescimento nacional.

O Governador Aécio Neves também busca acabar com esse círculo vicioso. A assessoria da Casa e o Executivo trabalharam muito e, como relatores da matéria da Comissão de Constituição e Justiça, também trabalhamos muito nesse projeto que trata da parceria público-privada. Essa seria uma forma de buscarmos os recursos da iniciativa privada para promover investimentos produtivos, seja em estradas, seja em redes de transmissão, tão deficientes neste País, e, com isso, levar energia para os locais que necessitam produzir mais, além de atender às áreas sociais. O Governador, com seu comportamento, está buscando suprir essa necessidade do Estado de aumentar a sua produção.

Quanto ao chamado "apagão florestal", tecerei alguns comentários sobre o País e sobre Minas Gerais, lembrando dos idos de 1996, quando esta Casa discutiu muito a criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, ocasião em que houve um debate sobre o IEF. Discutíamos se este deveria ficar subordinado à Secretaria de Agricultura ou à Secretaria de Meio Ambiente. Na época, a nossa posição era muito clara. Desejávamos que permanecesse na Secretaria de Agricultura, porque entendíamos que fomentar o plantio de florestas, para este Estado, era absolutamente necessário.

Infelizmente, o IEF foi para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e se transformou em uma ação, importante também, de fiscalização. Mas o fomento, infelizmente, ficou abandonado. Cremos que, com o seu Presidente Humberto Candeias, o IEF esteja buscando suprir essa necessidade do fomento florestal. Deus queira que isso aconteça de fato. Até hoje, infelizmente, o fomento está abandonado em nosso Estado.

A atividade de florestas plantadas precisa ser entendida como uma cultura agrícola, uma exploração econômica e uma opção de renda para o agricultor. Por isso, nada mais lógico que os órgãos fomentadores dessa atividade estejam vinculados a uma estrutura orgânica produtiva oficial. Assim, não justifica, por exemplo, que os negócios da madeira estejam ligados ao Ministério do Meio Ambiente. Nos Estados, essa vinculação precisa seguir a mesma ordem, estando ligada a uma secretaria produtiva e não ambiental.

Temos informações de que 75% de toda a madeira industrial são provenientes de áreas de plantio. E mais: o total vendido ao mercado externo

em 2001 foi de US\$4.500.000.000,00, colocando o setor florestal - incluindo aí a madeira, o papel e a celulose - como 3º maior exportador, perdendo apenas para o minério e o complexo soja.

Não se pode, pois, dizer que o setor é devastador de florestas. Pelo contrário, é um forte gerador de empregos, de arrecadação e criação de divisas. A partir do momento em que plantamos florestas, estamos diminuindo a pressão sobre as florestas nativas. Portanto, plantar florestas é preservar o meio ambiente.

Por outro lado, na cadeia produtiva florestal, um segmento que nos preocupa é o da base florestal. A partir de 2001, iniciou-se a redução do estoque em Minas Gerais, ou seja, a produção sustentada continua estagnada e o consumo, crescente. Em 2007, está projetada uma produção em torno de 120.000.000m<sup>3</sup> de madeira e o consumo estará em 150.000.000m<sup>3</sup>. Ora, alguns indicadores nos mostram que Minas Gerais precisa rever imediatamente sua política florestal para não perder a oportunidade de usar bem suas terras, atrair investidores e dinamizar as indústrias de papel, celulose, móveis, madeira, carvão e a siderurgia, entre outras, até mesmo as mais novas, como é o caso do sequestro de carbono e da produção de alcatrão. Abro um parêntese para dizer que a CENIBRA, que produz papel e celulose, tem um projeto para dobrar sua produção, mas só poderá fazê-lo dentro de 7 a 11 anos, Deputado Sebastião Helvécio, porque não temos madeira. Poderá até fazer esse projeto florescer, se importar madeira do Uruguai, o que nos deixa corados de vergonha, visto a extensão territorial que Minas e o Brasil possuem.

O Brasil tem uma área florestal avaliada em 544.000.000ha, sendo que 539.000.000ha são de florestas naturais, evidentemente incluindo a Floresta Amazônica, e somente 5.000.000ha de florestas plantadas. Os números são grandes, mas representam apenas 1% das plantações, ficando, assim, em oitavo lugar no "ranking" mundial.

No comércio mundial de produtos florestais, o Brasil está com US\$3.000.000.000,00. Todavia, isso significa tão-somente 1% do comércio internacional. No Canadá, país localizado em região fria, as florestas gastam sete vezes mais tempo do que no Brasil para produzir. O Canadá possui comércio mundial maior do que o nosso, participando com 21%; os Estados Unidos, com 12%, e a Finlândia, país pequeno, com 8%. Em uma comparação mundial de crescimento da floresta, quanto ao custo da madeira na fábrica, a Finlândia tem crescimento da floresta de 4m<sup>3</sup> por hectare por ano. No Brasil, esse crescimento é de 28m<sup>3</sup> por hectare por ano. O custo, na Finlândia, é de US\$35,00 o metro cúbico, e, no Brasil, é de apenas US\$12,00, logo, três vezes menos. Por que a Finlândia tem 8% do mercado internacional e o Brasil apenas 1%? Lamentavelmente, devido à competência deles e à incompetência nossa.

Nessa análise comparativa, o Brasil ganha também do Chile, dos Estados Unidos e do Canadá. O setor brasileiro de florestas plantadas ocupa área de 5.000.000ha, gera US\$16.000.000.000,00 por ano, exporta US\$3.400.000.000,00 por ano, arrecada US\$3.500.000.000,00 por ano e cria 2.500.000 empregos diretos e indiretos. É interessante ressaltar que a geração de um emprego no setor florestal custa em média US\$800,00; enquanto que, na construção civil, custa US\$7.400,00, no setor automobilístico, US\$14.300,00, na telefonia, US\$40.000,00 e no turismo, US\$110.000,00. Portanto, se o Governo Lula quer gerar empregos, tem de fazê-lo a baixo custo. Se o Brasil tem déficit de madeira, ao produzi-la, estaremos dando emprego de baixo custo. Esse é um caminho saudável.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento, com o qual concordo plenamente. Não só Minas Gerais, mas o Brasil, precisa atentar para o "apagão florestal".

É inadmissível um País como a Finlândia, que pode ser considerado a metade do Estado de Minas Gerais, produzir sete vezes mais que o Brasil na questão da madeira, das florestas. No Brasil e em nosso Estado, as exigências burocráticas têm dificultado o plantio das florestas renováveis. Existe grande preconceito quanto ao eucalipto, e as empresas, os técnicos, as universidades, não só de Minas Gerais, mas também do Brasil, já têm teses que comprovam que esse é um preconceito que precisa acabar.

Com isso, ganharia o vale da esperança, que é o vale do Jequitinhonha, onde a renda das pessoas é de aproximadamente R\$70,00, quando poderia ser de R\$480,00. O Estado sairia ganhando, porque arrecada com o ICMS aproximadamente R\$500.000.000,00 e estaria levando aos cofres do Estado de Minas Gerais muito mais dinheiro, que poderia ser investindo na saúde, na segurança, no transporte, gerando milhares e milhares de empregos, não só na produção da madeira, mas também na do mel, do óleo de eucalipto e de móveis.

Precisamos discutir essa questão com o Governo. As florestas renováveis precisam ser tratadas como cultura agrícola. O Brasil está perdendo, e não podemos conceber uma produção na Finlândia de 8%, no Canadá de 21%, nos Estados Unidos de 12% e, em Minas Gerais de 1%. Precisamos levar essa discussão para os Governos Estadual e Federal. Com toda a certeza, gerar-se-ão emprego e renda para todas as regiões, principalmente em Minas Gerais, que possui muita área a ser aproveitada.

Parabenizo V. Exa. Esta Casa precisa se unir na discussão de uma proposta do Governo do Estado e do Governo Federal, a fim de gerar milhões de empregos neste País e quebrar o preconceito contra o eucalipto.

O Deputado Paulo Piau\* - Agradeço a intervenção do Deputado Célio Moreira, que é conhecedor do complexo da madeira, já tendo trabalhado nessa área. Ficamos felizes de ter nesta Casa pessoas que entendem que produzir neste Estado, no caso produção de madeira, é importante para Minas e para o País. (- Lê:)

"Em Minas Gerais, o setor florestal apresenta excelentes resultados socioeconômicos, com grande possibilidade de crescimento, ou seja: participa com 7% do PIB, cria 650 mil empregos, gera R\$536.000.000,00 em ICMS e permite arrecadar cerca de R\$12.000.000,00 por meio da taxa florestal."

Vejam bem: a taxa florestal hoje praticamente mantém as atividades do Instituto Estadual de Florestas.

A área total reflorestada em Minas Gerais é de 1.200ha, que cobre somente 2% do território estadual.

É nesse contexto, tanto social como econômico, que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais precisa examinar cuidadosamente uma agenda para o estabelecimento de uma política florestal para o Estado, bem como subsidiar o parlamento federal nessa mesma linha de raciocínio. Afinal, Minas Gerais representa 1/3 de toda a atividade em nível nacional.

Cumprimentamos a nova diretoria, na pessoa do Presidente Claret.

Vejamos alguns itens para essa agenda, sugerida pela Associação Mineira de Silvicultura: criação da instituição governamental voltada à produção florestal como, por exemplo, a Secretaria de Florestas Plantadas no Ministério da Agricultura; estabelecer política de longo prazo alinhada aos programas de desenvolvimento regional e setorial; ajustes para simplificação e adequação da legislação florestal.

Como resultados para o Brasil, nos próximos dez anos, onde Minas Gerais participa com 1/3, espera-se: ampliação da área de florestas plantadas de 5.000.000ha para 11.000.000ha; aumento da exportação de US\$4.500.000.000,00 para US\$15.000.000.000,00 por ano; elevação da arrecadação de impostos de US\$3.400.000.000,00 para US\$6.000.000.000,00 por ano; geração de 2 milhões de novos empregos diretos e indiretos; melhoria do meio ambiente; manutenção adicional de 2.000.000ha de área de preservação permanente e reserva legal.

Antes que Minas Gerais assista ao apagão florestal, comprometendo toda a cadeia produtiva com fortes efeitos negativos para o Estado, precisamos nos mobilizar para que não percamos as grandes oportunidades econômicas no cenário nacional e internacional.

Agradeço a compreensão de V. Exa. Parabenizo a jornalista Berta, do "Estado de Minas", que, em artigo do dia 2 de setembro, colocou opinião mal compreendida quanto à minha posição; porém, na edição de hoje, dia 4, traz matéria mostrando meu posicionamento sobre os partidos políticos. Agradeço-a e a parabenizo pela lisura e profissionalismo do seu jornalismo. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira\* - A Comissão Especial do Metrô, designada por esta Casa, em uma de suas mais louváveis iniciativas, esteve ontem visitando os ramais do nosso metrô juntamente com técnicos da CBTU.

Percorremos a linha principal - Eldorado-Vilarinho -, que está parcialmente pronta, e a linha 2 - Calafate-Barreiro - que tem cerca de 50% de suas obras também em estágio avançado.

É esse ramal, senhoras e senhores, o alvo de nossa preocupação maior, porque está em vias de ter suas obras paralisadas a qualquer momento. E, pior, não está previsto nenhum orçamento para esta linha no ano que vem.

O orçamento para o ramal Barreiro é zero, para surpresa desta comissão e frustração da comunidade da região do Barreiro, que, desde o limiar da década de 80, vem sendo iludida com seguidas promessas de conclusão dessa obra.

Uma obra que viria desafogar o pesado tráfego da região Oeste para o centro de Belo Horizonte, reduzindo substancialmente a poluição em seus níveis atuais. E principalmente, senhores, viria trazer conforto e transporte mais barato para uma população estimada em 140 mil usuários por dia.

Apesar disso, apesar da promessa do Presidente Lula de que daria prioridade às obras do nosso metrô, vemos as obras do ramal 2 paralisadas.

Segundo técnicos da CBTU, a empreiteira que trabalha na linha só terá fôlego até dezembro, porque, da dotação de R\$35.300.000,00, aprovada no orçamento do ano passado, foi liberada apenas a ínfima quantia de R\$254.000,00 - o que vale dizer que o ramal Calafate-Barreiro não estava nos planos da União desde o ano passado, e continuará à margem no próximo ano.

Não me ocorre outra expressão para definir essa situação, senão como a manifestação inequívoca de pouco caso do poder público federal para com todos nós, desta Capital, porque o ramal 2 não se restringirá ao atendimento de uma região. A relação do Governo com o nosso metrô é de desdém para com uma comunidade trabalhadora e carente, em sua maioria, e que enfrenta, no dia-a-dia, as agruras de um transporte coletivo caro e ineficiente.

Além da frustração do povo, a paralisação das obras gerará prejuízos enormes que certamente contribuirão para que sejam ainda mais retardadas. Já temos 6km de leito pronto para receber a linha, faltando apenas 4km. Cinqüenta por cento das chamadas obras de arte estão em fase de conclusão. Todo esse patrimônio irá se depreciar e estará sujeito à depredação. As áreas desapropriadas ao longo desses 6km, que já custam R\$3.000.000,00 aos cofres públicos, estão sob o risco de invasão, como aconteceu na linha principal. Não haverá dinheiro nem sequer para pagamento dos vigias.

Hoje, sabemos que o ramal Barreiro - ao contrário do que nos fez crer o Presidente da CBTU, Sr. João Luís, em reunião da Comissão - sempre teve projetos não executados por desinteresse do Governo, que priorizou as obras do metrô de Brasília e de Recife. Mudou o Governo, mas persiste a má-vontade do poder central para com o nosso metrô. Para a linha 1, que está em obras há três décadas, foi direcionada verba de R\$35.000.000,00 para 2004. Neste momento, faz-se urgente a liberação de R\$8.500.000,00 relativos ao orçamento deste ano, para sinalização do trecho São Gabriel-Vilarinho, que passou a operar parcialmente desde janeiro, quando, por falta de sinalização, houve um choque de trens.

Nossa briga pela linha Calafate-Barreiro está deflagrada. Recebemos, ontem, convite da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, para participarmos de reunião no dia 16, às 10 horas, com vistas a discutir e prestar informações sobre problemas dos recursos financeiros do metrô de Belo Horizonte. O Prefeito Fernando Pimentel também recebeu o convite.

Não é possível que a paralisação desse ramal continue. Lutamos há tanto tempo para que essa região tenha o seu metrô.

Não nos limitaremos a essa iniciativa. Se isso não produzir resultados, também buscaremos apoio junto à bancada federal para que nos aliemos nesse propósito. Tentaremos recursos, em linhas de crédito ou no remanejamento do orçamento.

Buscaremos apoio dos Deputados majoritários, Patrus Ananias e Virgílio Guimarães, que muito trabalharam na perspectiva de levar o metrô até o Barreiro.

Não vamos continuar nesse compasso de espera. Se o Presidente Lula inteligentemente entendeu que não adianta a liberação de verbas em conta-gotas, e que o ideal é concluir a obra em andamento, então temos espaço para negociar, porque interromper a obra da linha 2 seria contrariar a tese do nosso Presidente.

Não temos um Senador mineiro na Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura do Senado para defender nosso ideal.

Contamos com o apoio do Senador Aelton, que entrou com pedido na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, juntamente com o Senador Magno Malta, para que a Comissão Especial do Metrô, desta Assembléia Legislativa, estivesse lá, dia 16, com o Prefeito Fernando Pimentel, prestando esclarecimentos. Parabenizo os Senadores Aelton e Magno Malta, que fizeram essa indicação.

A obra do Barreiro só conseguiu, desde o início, em 1998, 29% da dotação aprovada.

Mas, apesar disso, vimos ontem resultados surpreendentes em termos de obra. E essa Comissão está disposta a buscar apoio nas esferas federal e estadual para que essa obra tenha seu término no máximo em três anos.

Solicitamos ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, reunião com o Superintendente da CBTU, Dr. Júlio, para pedir o empenho do Governador para que as obras sejam concluídas.

Repito, estaremos em Brasília, dia 16, junto com a Secretária Hermínia Maricato, que esteve em Belo Horizonte anunciando verbas para o metrô. Mostrar-lhe-emos o equívoco de paralisar a linha 2 do metrô e lhe pediremos o descontingenciamento dos 8 milhões e meio para a sinalização das linhas 1 e 2.

Agradeço a gentileza do Dr. Júlio Braga, Superintendente da CBTU, e da sua equipe, que mostraram à Comissão desta Casa o equívoco da paralisação das obras do Eldorado até Vilarinho e a não-liberação dos recursos.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Companheiro Célio Moreira, quero saudar V.Exa., mais uma vez, por trazer à pauta desta Assembléia a questão do metrô da Grande BH. Digo isso porque compartilho de sua luta, ainda como Vereador de Belo Horizonte, sobre a discussão do metrô, principalmente na região do Barreiro.

Fico feliz em ver que V. Exa. cumpre as promessas de campanha, de defender a conclusão do metrô.

Alegro-me ser companheiro de V. Exa., possuidor de ideais e eleito Vereador de Belo Horizonte em 1996, e bem reeleito em 2000. Nessa caminhada, acompanhei sua determinação, desde a época de Vereador até Deputado Estadual. Parabéns-o pela empreitada tão difícil. Passaram-se 30 anos desde o início das obras, mas até hoje não foram concluídas. O Presidente Lula se sensibilizará e terminará essa obra, já que o encerramento de obras iniciadas em governos passados foi promessa de campanha de seu Governo.

Desejo-lhe sucesso na empreitada, que beneficiará 100 mil belo-horizontinos e 4 milhões de pessoas da região metropolitana. Obrigado.

O Deputado Célio Moreira\* - Poderei contar com V. Exa., que teve votação expressiva no Barreiro. Juntos, Comissão e Deputados, solicitaremos empenho do Presidente Lula e do Governador Aécio Neves, que esteve no Barreiro trabalhando a favor de obras e liberação de dotações aprovadas.

Se as obras forem paralisadas, as obras-de-arte e a terraplanagem, haverá grande prejuízo. Dos R\$35.300.000,00 aprovados na dotação de 2003, apenas 0,7%, R\$254.000,00, foram liberados para as obras do metrô, principalmente no ramal Calafate-Barreiro. A Prefeitura de Belo Horizonte gastou R\$200.000,00 com uma escultura de anjo em praça da Pampulha, e o Governo Federal liberou R\$254.000,00 para as obras do metrô. Portanto, peço empenho aos Deputados Federais e Estaduais, principalmente aos que alcançaram expressiva votação no Barreiro e em Venda Nova, para que os recursos sejam liberados; conseqüentemente, o metrô de Belo Horizonte estará nos trilhos. Se os recursos forem liberados, daqui a três anos, a população será beneficiada, já que o trânsito na Capital está caótico. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Pretendo ser breve, mas não poderia deixar de parabenizar o Governo Lula desta tribuna pela vitória da aprovação, em 1º turno, nesta madrugada, da reforma tributária. É claro que essa reforma ainda será bastante discutida em 2º turno, especialmente no Senado. Julgo um feito importante, uma vitória importante, que demonstra a determinação e a força política do Governo, que, em menos de nove meses, menos que uma gestação, consegue fazer aprovar na Câmara Federal tanto a reforma previdenciária quanto a reforma tributária, em 1º turno, feito esse que o Governo Fernando Henrique, em oito anos, não conseguiu e não teve determinação, capacidade nem competência política para fazer. É claro que as duas reformas eram extremamente polêmicas, e acho que a vitória do Governo vem exatamente dessa determinação política.

Uso a tribuna hoje não para fazer uma análise mais detalhada da reforma tributária, mesmo porque já dei alguns palpites, mas principalmente para parabenizar meu companheiro de partido, meu colega e amigo, Deputado Virgílio Guimarães, que foi o relator desta reforma tributária e soube conduzir o processo com muita competência. É um assunto extremamente complexo, que tem interesses diversos de Prefeituras e Prefeitos de todos os municípios do País, dos Governadores de Estado, da própria União. Ou seja, o Estado, na sua globalidade, luta para que haja melhores condições de, por meio do tributo, poder prestar melhores serviços aos cidadãos. São Prefeitos e Governadores querendo o melhor para seus municípios e Estados. A Presidência da República, ciosa da necessidade de não poder baixar a arrecadação, que costuma ser insuficiente para o que precisa ser feito, tem interesses distintos.

Há também o interesse do próprio empresariado, que reclama das taxas e dos tributos, e julgam não poder haver, de forma alguma, aumento tributário. Mas essa reforma precisava ser feita.

Alguns ganhos foram importantes nessa reforma tributária. O Deputado Virgílio Guimarães teve muita competência ao ver e reconhecer os interesses envolvidos e soube como não desagradar totalmente a ninguém: fez uma reforma que teve equilíbrio, por meio das discussões feitas tanto com o Governo do Estado, quanto com os Prefeitos, com a União, com os empresários, mas principalmente com o povo brasileiro.

A partir da promulgação da reforma tributária, teremos uma justiça de tributos maior no Brasil, não a ideal, porque na reforma, como disse, por todos os atores que apontei - e ainda existem outros -, os interesses são extremamente difíceis de ser contemplados. A polêmica se fez não com aquele pensamento que o PT gostaria que essa reforma, no final, tivesse a sua plenitude. Tivemos que ceder em muitos pontos, mas, como disse o Deputado Virgílio Guimarães, essa reforma foi a possível de ser feita.

Evidentemente há aspectos de justiça social que nela foram incluídos e que são importantes. No entanto, foram os pontos mais atacados, como o ICMS, que agora será consignado em cinco alíquotas, terminando com o problema da guerra fiscal ou minimizando muito, esse problema. Os Estados agradavam aos setores principais do empresariado, fomentando a guerra fiscal. O estabelecimento dessas alíquotas vai eliminar esse problema.

A alíquota menor poderá ser até mesmo zero, para os medicamentos e os gêneros de primeira necessidade. Isso vai fazer com que a população mais pobre, a que paga proporcionalmente mais imposto, seja beneficiada com a redução desses preços. Ou então não permitirá aumento de preço desses gêneros de primeira necessidade. As alíquotas mais altas, mesmo assim limitadas a 25%, serão aplicadas aos produtos que são consumidos pela parcela mais rica. Cigarros, bebidas e produtos supérfluos. Com essas cinco alíquotas diferenciadas de ICMS se faz justiça social. Com isso, haverá um sentido de divisão de renda.

Há também uma taxa maior das propriedades rurais, um ponto que também foi muito atacado. A alíquota vai chegar a 15%, menos do que gostaríamos, mas foi devido a uma correlação de forças necessária para se fazer um acordo. Essa alíquota será aplicada especialmente às

propriedades improdutivas, desencorajando o não-uso dessas terras. É outro fator importante para se ter a consciência da necessidade da reforma agrária no País. Assim, haverá uma taxaço mais incisiva dos latifúndios do que a que ocorre hoje.

Há também a taxaço das grandes fortunas oriundas de heranças, que terão alíquotas que podem ir ao limite de 25%. A alíquota que havia antes era irrisória.

Nessa reforma tributária, há distribuição de renda dentro do conceito que o Presidente Lula usou para ganhar as eleições. Esses pontos de reforma social, repito, foram os mais atacados. O setor industrial atacou a reforma tributária.

Vimos também muitos Governos de Estado reclamando. O nosso chorou bastante e colocou-se como líder dos Governadores, tentando inviabilizar a reforma tributária. Mas, ao final, sucumbiu-se à necessidade da reforma, por ser também importante aos Estados.

É claro que ajustar o ICMS e fazer os ajustes que apontei significa maior arrecadação para o País. Apenas a simplificação da alíquota do ICMS permitirá que o imposto até hoje mais sonogado do País tenha cobrança real, o que proporcionará melhor arrecadação no Brasil inteiro. Isso não significará aumento de carga tributária para aqueles que não sonogam impostos, mas arrecadação mais justa, não permitindo, especialmente, a sonogação. Haverá, portanto, maior arrecadação. O Governador Aécio Neves tanto sabia disso que, embora no seu papel de chorar para ver se conseguia algo mais, a bancada sobre a qual tinha influência votou favoravelmente à reforma, assim como os Deputados do PSDB mineiro. A Bancada do PFL, com posicionamento ideológico mais distante do nosso, preferiu ausentar-se do Plenário, fazendo críticas exatamente aos setores de maior distribuição de renda, e não votou. A Bancada do PSDB acabou dividida, até por interesse dos Estados. No caso, os Estados do Nordeste, Centro-Oeste e o Espírito Santo ganharam fundo importante, devido ao desgaste em relação à seca e ao grau elevado de miséria, o que fez com que parcela do PSDB votasse favoravelmente à reforma.

Posteriormente, gostaria de fazer análise pormenorizada da reforma e, para isso, precisarei fazer melhor leitura do texto. Certamente, a reforma apresenta avanços importantes e ainda poderá, como disseram o Presidente Lula e o Ministro Palocci, ser aperfeiçoada no Senado. Portanto, trata-se de reforma que ainda será negociada.

Hoje, faço essa breve intervenção para elogiar e parabenizar o Deputado mineiro Virgílio Guimarães, que mostrou competência e se revelou, entre outras qualidades que já conhecíamos, importante articulador no Congresso Nacional e, portanto, político de projeção nacional. Isso faz com que Minas Gerais tenha por ele grande orgulho.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte)\* - Minha intervenção é para somar minha voz ao testemunho do trabalho realizado pelo Deputado Virgílio Guimarães.

Este ano, esta Assembléia realizou seminário para buscar propostas e idéias para a consolidação da reforma tributária. Ao entregarmos as conclusões desse seminário ao Deputado Virgílio Guimarães, pudemos perceber sua faceta de grande articulador, já demonstrada quando do movimento relativo ao plebiscito Presidencialismo ou Parlamentarismo. A grande homenagem que o povo mineiro faz ao Deputado Virgílio Guimarães, relator de tão importante tema, é exatamente à capacidade que demonstrou em articular com os entes da nossa Federação - União, Estados e municípios -, de forma a apresentar proposta que abrangesse esses três grandes segmentos federativos. Tenho certeza de que, em momento oportuno, poderemos aprofundar um pouco mais esse sentimento. No entanto, hoje, toda Minas Gerais rende-se ao nosso companheiro, Deputado Virgílio Guimarães, pelo grande trabalho prestado ao nosso País.

O Deputado Rogério Correia\* - Muito obrigado, Deputado Sebastião Helvécio. Ressalto o esforço do Deputado Virgílio Guimarães, um militante incansável na defesa dos interesses populares, em especial de Minas Gerais.

Nosso Estado vem perdendo espaço na política nacional, e, portanto, é necessário valorizarmos nossos companheiros que, com seu trabalho incansável, como o Deputado Virgílio Guimarães, acabam tendo uma projeção nacional importante, colocando Minas Gerais novamente no patamar que merece no cenário político.

As qualidades do Deputado Virgílio Guimarães foram fundamentais para que o Governo do Presidente Lula tivesse uma vitória tão importante como essa da aprovação, em 1º turno, no Congresso Nacional, da reforma tributária. Repito que o tempo nos surpreendeu. Em menos de nove meses, o Governo Lula conseguiu demonstrar força e habilidade política para aprovar, em dois turnos, a reforma da Previdência e, em 1º turno, em menos de nove meses, a reforma tributária, algo que o Governo Fernando Henrique Cardoso, em oito anos, não quis fazer.

Não diria que faltou força política, pois ele a tinha, já que comprou o voto de vários Deputados para sua reeleição. Entretanto, não teve competência e não quis priorizar o que era mais importante para o País: a realização de duas reformas fundamentais.

Parabéns ao Governo do Presidente Lula e ao Deputado Federal Virgílio Guimarães, grande articulador, como relator, da aprovação, em 1º turno, da reforma tributária e da possibilidade de sua aprovação ainda este ano. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/8/03, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho

exonerando Hélio Eustáquio Bacelete Junqueira Júnior do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Rodrigo Bacelete Junqueira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do termos do § 13 do art. 40 da Constituição Federal, e do inciso I do § 1º do art. 79 da Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, c/c as Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 9.384, de 18/12/86, observadas as disposições contidas no art. 5º da Resolução nº 5.105, de 26/9/91, e no art. 18, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.213, de 24/7/91,

regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6/5/99, em especial as disposições relativas aos termos do seu art. 25, inciso I, alínea "a", e consideradas as conclusões do Parecer nº 4.399, de 9/1/03, da Procuradoria-Geral desta Assembléia Legislativa, e laudo médico da Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 14/1/03, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez, a partir de 5/12/02, a servidora Regina Esper Kallás, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, classificado em Agente de Execução, do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Iturama. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Objeto: conversão de licença de programas e prestações de serviços de informática. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação e reajuste do preço. Vigência: 12 meses, a partir de 27/8/2003. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33903900.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Dimas de Melo Pimenta - Sistemas de Ponto e Acesso Ltda. Objeto: manutenção preventiva e corretiva em relógios de ponto micropoint. Objeto deste aditamento: alteração do tipo societário e do número do CNPJ/MF, quarta prorrogação e reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 14/10/2003. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33903900.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2003

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 19/9/2003, às 10h30min, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço global, destinado à contratação, pelo período de 12 meses, prorrogável na forma da lei, de empresa para a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, por metro quadrado, a serem executados nas dependências da Assembléia, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia, na R. Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 9 de setembro de 2003.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2003

CONVITE Nº 12/2003

Em 9/9/2003 – Objeto: aquisição de filtros para condicionadores de ar.

Licitantes habilitadas: 1 - Acomar Reforma e Refrigeração Ltda.; 2 - Vecoflow Ltda.; 3 - Friominas Máquinas Representações Ltda.

#### Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2003

CONVITE Nº 12/2003

Objeto: aquisição de filtros para condicionadores de ar.

Licitantes vencedoras: Acomar Reforma e Refrigeração Ltda. (itens 1, 3 e 4); Vecoflow Ltda. (itens 5 a 10); Friominas Máquinas Representações Ltda. (item 2).